

Sobre o Desemprego

Ivan Guimarães *



As pesquisas conjunturais de mercado de trabalho, cujas séries históricas remontam ao início dos anos 80, apontaram taxas de desemprego recordes nas principais Regiões Metropolitanas do País, nos primeiros meses deste ano. Em consequência, autoridades do Governo Federal já admitiram - e a maioria da população brasileira também já entendeu - que esta é uma decorrência inevitável da atual política de estabilização monetária, pelas restrições que impõe ao crescimento da atividade econômica: taxas de juros elevadas, sobrevalorização cambial, aumento da carga tributária, contenção do gasto público.

No entanto, embora se tenha tornado assunto comum entre os diversos segmentos da população, as informações sobre o desemprego nem sempre são veiculadas e discutidas com a devida clareza e propriedade. Algumas questões, em especial, merecem nossa atenção, por sua importância para o debate no âmbito do Distrito Federal.

Não é difícil encontrar na imprensa declarações que ora responsabilizam o Governo Local

pelo crescimento do desemprego, ora proclamam soluções que, supostamente, reduziriam drasticamente o problema. Nesse sentido, cabe esclarecer que, na atual conjuntura, nenhum chefe de governo, nas esferas municipal ou estadual, dispõe de instrumentos capazes de anular os efeitos negativos da política econômica nacional. Portanto, medidas para uma redução efetiva dos atuais níveis de desemprego devem ser reclamadas às esferas de decisão do Governo Federal.

Outra questão à avaliação dos níveis de desemprego entre as principais regiões metropolitanas (RMs). O entendimento das análises tem provocado controvérsias e confundido a opinião pública em razão da coexistência de duas pesquisas que utilizam metodologias distintas e, por isso, geram taxas de desemprego diversas. Na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE, o conceito de desemprego é bem mais restrito que o adotado nas Pesquisas de Emprego e Desemprego (PEDs), realizadas

por órgãos estaduais de estatística e baseadas na metodologia desenvolvida pela Fundação Seade/DIEESE de São Paulo.

A taxa da PME/IBGE contempla apenas o desemprego do tipo aberto, considerando somente as pessoas que procuram emprego e não exercem nenhum trabalho no período da semana de referência da pesquisa. Já a taxa da PED/Seade-DIEESE abrange dois tipos principais de desemprego: o aberto e o neutro. O primeiro se refere às pessoas que procuraram emprego nos últimos trinta dias e não trabalharam nos últimos sete. O segundo leva em consideração duas "subformas" de desemprego: a de pessoas que realizaram trabalho precário (bico), mas procuraram emprego nos últimos trinta dias, e a de pessoas desalentadas, que não procuraram emprego no último mês, mas o fizeram nos últimos doze meses e ainda necessitam de trabalho.

Assim, por definição, a taxa da PED é bem mais elevada. Isso

acontece em virtude dessa taxa concluir, em seu cálculo, os contingentes em desemprego oculto - característica própria de mercados de trabalho pouco segmentados, como o do Brasil e, também, devido ao maior período de procura que confere ao desemprego aberto (trinta dias e não uma semana, como na PME). A diferença entre os resultados das pesquisas, relativos ao mês de dezembro de 1997, é apresentada no quadro abaixo.

Como se vê, nas Rms de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo, Recife e Salvador, são realizadas ambas as pesquisas, sendo que, no Rio de Janeiro, apenas a PME e, no Distrito Federal, somente a PED. Os resultados mostram que, para a mesma RM, há uma grande disparidade entre os resultados das pesquisas. Em média, a taxa de desemprego total da PED é quase três vezes maior que a taxa de desemprego aberto da PME. Considerando apenas o desemprego aberto, a diferença entre as taxas ainda é significativa, em torno de 1,7 vezes maior. Assim, fica esclarecido que não há comparabilidade entre uma e outra pesquisa, na medida em que as baixas taxas divulgadas pelo IBGE são resultados que, de um lado, tendem a subestimar o número de desempregados e, de outro, a aumentar o número de ocupados, ao incluir, neste contingente, os que realizam trabalhos de natureza eventual e descontinua.

Pelo quadro, podemos constatar ainda que o DF possui, hoje, a terceira maior taxa de desemprego, quando comparado às demais cinco Rms onde se realiza a PED. De outro modo, caso a PME fosse aplicada no DF, podemos afirmar, com base nas diferenças observadas entre ambas as pesquisas, que a taxa de desemprego local, em dezembro/97, passaria de 18,5% para algo em torno de apenas 6,3%.

* Secretário de Trabalho, Emprego e Renda

Comparativo entre Taxas de Desemprego - PME e PED
- Em dezembro de 1997 -

Pesquisa /Tipo de Desemprego	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Belo Horizonte	São Paulo	Recife	Salvador	Distrito Federal
PED							
Des. total	n. disp.	13,0	12,8	16,6	19,0	21,6	18,5
Des. Aberto	n. disp.	8,9	7,9	10,6	10,0	12,0	11,0
Des. oculto	n. disp.	4,1	4,9	6,3	9,0	9,6	7,5
PME (1)							
Des. aberto	3,9	4,8	4,7	6,0	5,4	7,8	n. disp.
DIFERENÇAS							
Des. total PED/Des aberto PME	n. disp.	2,71	2,72	2,77	3,52	2,77	n. disp.
Des. aberto PED/Des aberto PME	n. disp.	1,85	1,68	1,77	1,85	1,54	n. disp.

(1) As taxas são médias do trimestre outubro/novembro/dezembro de 1997, a fim de se obter maior correspondência com a PED, cujos resultados referem-se a médias móveis trimestrais.